

Resumo: O artigo reúne uma série de informações referentes ao agir da Igreja Católica no Brasil, ressaltando sua incidência política na sociedade brasileira. Toma como paradigmas dessa atuação duas figuras do episcopado, D. Sebastião Leme e D. Helder Câmara, por considerá-los os de maior expressão nessa área e por representarem duas visões de participação sociopolítica no século XX, ainda presentes e em constante tensão no interior da Igreja. Depois de recordar “os primórdios dessa ação política”, que nos quatro primeiros séculos da nossa história foi caracterizada pelo regime de cristandade, aborda as “mudanças na sociedade, mudanças na Igreja”, a partir do século vinte. Focaliza a Igreja “no cenário político da década de 1960”, detendo-se no que ele qualifica de “revolução copernicana” na atuação sociopolítica da Igreja no Brasil. Descreve as “mediações sociopolíticas da Igreja” em nosso país, e termina aludindo à contribuição da Igreja ao empenho por uma reforma do Estado com participação democrática.

Abstract: The article deals with a series of studies concerning the activity of the Catholic Church in Brazil with special emphasis on the political implications in the Brazilian society. Two outstanding leaders in the episcopate are D. Sebastião Leme and D. Helder Câmara: both are mentioned as paradigms in this context due to their socio political role in the XX century whose tensions are still at work inside the Church until today. Initially, political endeavors have been dealt with during the four centuries since the beginning of Brazil from an overall perspective of the regime of Christianity. In the sequel of the historical background mention is made of changes both in society and in the Church. Since then until modern times and especially from the XX century onward the Church appears on the political scene within the 60ties which has been interpreted in terms of a Copernican revolution. A descriptive analysis is made of the socio political mediations of the Church in this country. Finally, the article makes a survey of the contribution of the Church to the reform of the State by the democratic participation of the citizen.

A presença da Igreja Católica no Brasil e suas implicações sociopolíticas

Pe. Nelito Nonato Dornelas*

* O autor é assessor da CNBB e do secretariado do 13º Intereclesial de CEBs.



Palavras preliminares

O presente artigo tem como objetivo reunir uma série de informações referentes ao agir da Igreja Católica, ressaltando sua incidência sociopolítica na sociedade brasileira. Tomaremos como paradigma dessa atuação duas figuras do episcopado, D. Sebastião Leme e D. Helder Câmara, por considerá-los os de maior expressão nessa área e por representarem duas visões de participação sociopolítica no século XX ainda presentes e em constante tensão no interior da Igreja.

Faremos uma leitura dos movimentos libertários surgidos a partir da metade do século XX, ressaltando sua acolhida pela Igreja, já articulada pela CNBB, traduzida em participação cidadã. Nosso foco será a atividade evangelizadora da Igreja no Brasil através da ação sociopolítica das pastorais sociais e os organismos a ela vinculados.

Tomarei como marco referencial o movimento profético provocado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), as Conferências Episcopais do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) em Medellín (1968) e Puebla (1979). Para tanto, lançarei um rápido olhar sobre o contexto sociopolítico brasileiro no qual a Igreja, por meio de sua organização pastoral, procura responder aos desafios mais prementes.

1 Os primórdios na atuação política da Igreja Católica

A formação da sociedade brasileira teve sua fundamentação ideológica na cosmovisão da Igreja Católica. Nos quatro primeiros séculos, o catolicismo, como religião oficial, serviu não só para permear a sociedade brasileira de valores morais e religiosos, mas também para reunir os mais diferenciados grupos sociais em torno do projeto lusitano europeu, que resultou numa sociedade marcadamente patriarcal, latifundiária e escravocrata.

A implantação desse projeto não se deu de forma pacífica. Inúmeros foram os movimentos de resistência e contestação, dos quais participaram membros do clero e leigos católicos, pagando, muitas



vezes, o preço por tal opção com o exílio, o cárcere e até mesmo com a própria vida.

Chegamos ao alvorecer do século XX, com uma Igreja ainda carregando muitas marcas desse regime de cristandade. Parte considerável da hierarquia católica considerava a política como uma atividade secundária, influenciada pela visão de uma Igreja concebida como sociedade perfeita que, ao lado do Estado, deveria contribuir para a manutenção da ordem social estabelecida.

Quem vai provocar uma mudança na mentalidade católica sobre a participação política é o Cardeal Sebastião Leme, como já bem se expressa em sua carta pastoral de tomada de posse na Arquidiocese de Olinda em 1916: “Somos católicos de clausura! A nossa fé se restringe ao encerro do oratório ou à nave das Igrejas. Quando fora das portas dos lugares santos, tremulam nossos pendões, é certo que neles não fremem entusiasmos de reivindicação jurada; braçadas de flores é que eles levam em suas dobras perfumadas; não são bandeiras de ação; são vexilos de procissão” (Cardeal Leme apud Santo Rosário, 1962, p. 114).

A partir do momento em que a hierarquia católica incentiva a participação dos leigos na esfera política e com a entrada em cena do movimento da Ação Católica, surge, na década de 1920, a categoria do católico militante que, de forma mais expressiva, ensaia a ruptura com esse modelo de cristandade.

Reunido no Centro Dom Vital, surge um grupo de leigos católicos com tendências políticas diversas, porém com profunda visão da realidade nacional, capaz de elaborar metas e propostas políticas para a sociedade brasileira. Diante do desafio de uma inserção social da fé católica, a partir da década de 1920 vai florescer do seio da Igreja, em quase todo território nacional, uma imensa variedade de atividades sociais, promovida por leigos e congregações religiosas, denominada Ação Social, entendida como uma forma nova de superação da assistência tradicional até então praticada pela Igreja.

A senhora Stella de Faro, em palestra durante a primeira Semana de Ação Social realizada no Rio de Janeiro em 1936, convocada por D. Leme, apresenta a distinção entre ação social e assistência.



Para ela, a ação social é inspirada pela necessidade das pessoas, é preventiva, distinguindo-se da prática caritativa, sobretudo curativa. O assistencialismo levava o remédio ao indivíduo atingido pelo mal, ao passo que a obra social procura saber sua causa para combater o mal em sua fonte.

A partir dos anos de 1950, ocorreram na sociedade brasileira, como um todo, as mais significativas e profundas mudanças, alterando profundamente os padrões de vida estabelecidos. Com as mudanças, aparecem também os novos problemas sociais, agravando ainda mais aqueles não erradicados.

Vão marcar esse período de mudanças na configuração da sociedade brasileira o surgimento das metrópoles com seus arranha-céus, o crescimento da industrialização, o êxodo rural, a acentuação da migração das populações nordestinas, o surgimento das favelas, a modificação e ampliação dos meios de transportes, o aparecimento dos novos meios de comunicação de massa, o prolongamento da vida noturna urbana, a mudança de visão sobre a sexualidade, a emancipação da mulher, a afirmação do pluralismo religioso e o aparecimento de novas formas de cristianismo, sobretudo o pentecostal evangélico. Ocorre também o florescimento das organizações sindicais, o anseio de participação política, acompanhada pelo surgimento da consciência de que o país necessitaria de profundas reformas de base, a começar pela educação, passando pela estrutura fundiária, por meio da reforma agrária, chegando à distribuição equitativa de renda.

Em suma, o entusiasmo provocado pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek trouxe à consciência nacional uma maior sensibilidade pela integração social da população brasileira.

2 Mudanças na sociedade, mudanças na Igreja

No período de atuação política da Igreja inaugurado por D. Sebastião Leme, e que teve sua liderança até a década de 1940, pode-se afirmar que o projeto político da Igreja esteve pautado por dois princípios básicos: fortalecer a instituição católica por meio da qualificação e organização de seus quadros, mantendo o controle clerical e a direção hierárquica; incorporar à sociedade brasileira os valores éticos e religiosos que tradi-



cionalmente haviam pautado a sociedade no regime de cristandade. Nesse período, a Igreja voltava-se diretamente sobre si mesma, procurando, a partir daí, recuperar sua influência na sociedade, mediante um processo de cristianização do Estado.

Essa posição, porém, começou a mudar com a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, em 1952, quando se dá a entrada em cena de D. Helder Câmara que, assumindo a função de seu primeiro secretário-executivo, no decorrer de dez anos de mandato, vai dar um deslocamento significativo com relação ao enfoque sociopolítico da Igreja no Brasil. Merece destaque também a fundação da Conferência dos Religiosos do Brasil, CRB, em 1954, significando uma ação articulada das congregações religiosas e sua atuação cooperativa com a CNBB.

Em primeiro lugar, a Igreja passa a debruçar-se cada vez mais sobre a realidade brasileira, procurando analisar os problemas sociopolíticos, destacando suas causas e consequências. Em segundo lugar, realiza um esforço significativo para adaptar melhor a própria instituição aos novos tempos, a fim de continuar a exercer a influência sobre a mesma sociedade. Ao mesmo tempo, dispõe-se a colaborar de forma mais específica em projetos de interesse social, destinados a proporcionar melhor bem-estar à população, sobretudo aos segmentos mais carentes e necessitados. Como exemplo maior, veja-se o empenho de D. Helder na criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

A instituição católica mostra-se mais sensível às transformações socioculturais e políticas que estão ocorrendo no país, procurando assumir uma atitude de serviço em favor do próprio povo. A hierarquia eclesiástica passa a reconhecer a necessidade de um aprofundamento sociológico para melhor entender a realidade brasileira, percebendo também a importância de identificar as causas econômicas geradoras dos problemas sociais. Nessa perspectiva, surge no episcopado uma visão mais abrangente da realidade e nasce a consciência da construção conjunta de um plano nacional de pastoral, cuja elaboração se dará em 1966.

As décadas de 1950-1960 viram surgir do seio da Igreja Católica, inspirados nos princípios cristãos, entidades, organismos e



movimentos que muito contribuíram para uma leitura socioanalítica da sociedade brasileira em vista de sua transformação. Nasce a CARITAS Brasileira, o MEB (Movimento de Educação de Base), o IBRADES (Instituto Brasileiros de Análise e Desenvolvimento Social), o CEAS (Centro de Estudos e Análise Social), o CEBI (Centro Bíblico ecumênico), as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), a CF (Campanha da Fraternidade), a CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz), a AP (Ação Popular), a TDL (Teologia da Libertação) etc.

3 A Igreja no cenário político da década de 1960

Desde o alvorecer dos anos 60, a Igreja Católica passou a acompanhar mais de perto e com certa preocupação os problemas sociais brasileiros. Quem mais esteve atento a essas questões foram os jovens participantes da JUC (Juventude Universitária Católica), e os participantes da JOC (Juventude Operária Católica). Havia nessa juventude católica militante um profundo anseio de gestar um modelo de sociedade que superasse a pura democracia formal na qual se fundava a sociedade brasileira, cujo poder permanecia concentrado numa pequena elite burguesa.

Essa ânsia de participação acentuou-se ainda mais quando os militares, ao lado de membros exaltados da burguesia, passaram a atuar com violência contra os movimentos sociais, cerceando os direitos dos trabalhadores, prendendo, torturando, exilando e matando muitos de seus líderes mais expressivos, como pretexto de combater o comunismo.

Houve tensões entre membros da hierarquia católica e jovens militantes da Ação Católica quanto ao método de análise da realidade, a forma de atuação política e até mesmo sobre a visão de sociedade por eles proposta. Todavia, apesar das cisões e rupturas surgidas dessas tensões, o saldo foi o surgimento de quadros militantes na esfera política, de inspiração cristã, composto por pessoas abertas ao diálogo com outros segmentos e opções ideológicas distintas, que souberam contribuir na proposição da construção de uma sociedade socialista, incluyente, aberta e participativa.



O golpe militar ocorrido em 1964 provocou uma cisão ideológica na esfera da Igreja, obtendo significativo apoio tanto da parte do clero quanto do laicato. Houve também resistência de alguns grupos religiosos, como a Ação Católica e outros movimentos de resistência, de inspiração cristã, associados aos diferentes tipos de organização da sociedade provenientes de outras matrizes ideológicas.

4 Uma revolução copernicana na atuação sociopolítica da Igreja no Brasil

A figura de D. Helder Câmara representa um marco-referencial na mudança ocorrida na Igreja Católica em sua atuação sociopolítica no Brasil. Em comemoração aos cem anos de seu nascimento, celebrado em 2009, o monge beneditino Dom Marcelo Barros (2006) publicou um livro-testemunho sobre sua convivência com esse profeta do século XX. No livro, o monge testemunha as últimas palavras de Dom Hélder dirigidas a ele: “Não deixe morrer a profecia!”. Afirma o autor que certamente Dom Hélder referia-se à profecia política e social ressurgida no seio da Igreja e da sociedade civil, na América Latina, a partir da segunda metade do século XX.

De fato, olhando criticamente a história, durante séculos, não se falava mais em profetismo, nem na Igreja nem na sociedade em geral. Quando os teólogos faziam referência ao profetismo limitavam-se a comentar sobre os profetas do Antigo Testamento, ressaltando suas referências à vinda do Messias, realizadas em Jesus Cristo. Salientavam o aspecto misterioso dos profetas e se utilizavam deles para justificar a divindade de Cristo. Ficava na sombra a forte dimensão social dos seus oráculos.

4.1 O Concílio Vaticano II e o ressurgimento da profecia na América Latina

O que desencadeou a redescoberta do profetismo em sua dimensão sociopolítica na América Latina foi o pronunciamento corajoso da palavra “justiça”, feito pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Essa era, de fato, uma palavra proibida pelas elites dominantes no mundo inteiro, seja no interior da Igreja, seja na sociedade. No rastro do Concílio Vati-



cano II, a segunda Conferência do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) em Medellín (1968) foi a maior expressão do espírito de profecia na América Latina, ao reconhecer que os pobres deste continente esperam pela justiça à qual têm o sagrado direito como expressão da vontade de Deus.

Na terceira Conferência do CELAM, em Puebla (1979), os bispos fazem um balanço de Medellín, afirmando: “Nos últimos dez anos, comprovamos a intensificação da função profética. Assumir tal função tem sido trabalho duro para os pastores. Temos procurado ser a voz dos que não têm voz e testemunhar a mesma predileção do Senhor para com os pobres e os que sofrem. Cremos que nossos povos sentiram que estamos mais perto deles. Com certeza conseguimos iluminar e ajudar. Agora, colegialmente, tentaremos interpretar a passagem do Senhor pela América Latina” (PUEBLA, 268). E dizem também: “É de suma importância que esse serviço do irmão siga a linha que o Concílio nos traça: ‘cumprir, antes de mais nada, as exigências da justiça, para não ficar dando como ajuda de caridade aquilo que já se deve, em razão da justiça; suprimir as causas e não só os efeitos dos males; e organizar os auxílios, de tal forma, que os que os recebem se libertem progressivamente da dependência externa e se bastem a si mesmos’” (PUEBLA, 1146).

4.2 A expressão do profetismo na história

O profetismo, em sua incidência sociopolítica, não é algo abstrato, mas encontra-se na vida pessoal ou grupal de quem o assume e é sempre um surgimento individual ou coletivo, a partir do centro de uma situação conflitiva. O profetismo é desprovido de qualquer forma de poder, a não ser a sua própria expressão de vida. Dirige-se ao povo em geral, à sociedade, às classes dirigentes, de forma clara e pública. É movido pela sensibilidade aguçada para perceber os acontecimentos da realidade e qual deve ser sua intervenção no curso da história. Por isso, o profeta ou o movimento profético é perseguido, denunciado, maltratado, isolado, incriminado e morto. Razão pela qual o profeta ou movimento profético vive em permanente insegurança, sobretudo, pela consciência do destino daqueles que o precederam.



Face à dramaticidade das últimas décadas na América Latina, o profetismo aqui ressurgido consistiu, por parte de muitos cristãos, leigos e leigas, religiosas e diversos membros da hierarquia, em abandonar sua vida razoavelmente confortável nos conventos e colégios e ir ao mundo dos pobres, marginalizados e excluídos, para alimentar-lhes a esperança. De fato, os excluídos, em geral, não têm esperança, somente possuem sonhos. O profetismo significou o revestimento da força de Deus que dá empoderamento aos pobres e os torna sujeitos dos processos históricos e da construção da cidadania eclesial e política, graças ao surgimento da esperança, pois ter esperança é ter poder.

5 As mediações sociopolíticas da Igreja no Brasil

A aproximação de parte da hierarquia da Igreja com o mundo dos pobres fez surgir, em setores da Igreja, a consciência da necessidade de criação de mediações sociopolíticas que contribuíssem, de forma organizada, para a emancipação e promoção dos grupos sociais marginalizados. Eram vários, amplos e novos, os problemas que atingiam diversos setores da sociedade brasileira. Os mais gritantes e percebidos por primeiro foram os desafios vividos pelos povos indígenas e camponeses na Amazônia legal, região essa escolhida pelo regime militar como área para ser “integrada ao progresso nacional”.

Para o governo militar e os “novos bandeirantes” – as empresas privadas – a Amazônia era um “território sem gente”, um “território virgem, sedento por ser possuído” e, sendo assim, deveriam “levar o progresso a essa região atrasada”. Seu lema era: “uma terra sem gente para gente sem terra!”

Graças à articulação do episcopado brasileiro por meio de sua Conferência, a CNBB, os gritos dos camponeses e indígenas tiveram eco nas assembleias dos bispos, na voz do bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldaliga, por sinal, o primeiro a denunciar a existência de trabalho escravo na Amazônia. A essas denúncias foram somadas tantas outras igualmente corajosas, referentes ao cerceamento aos direitos humanos em suas diversas dimensões, vindas do Nordeste brasileiro, do Centro-Oeste e de vários centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.



Essa realidade nacional fragmentada, assim apresentada, levantou uma série de dúvidas sobre o que realmente se passava nos bastidores da política brasileira, deixando perplexa parte do clero, de intelectuais, de militantes em diversas organizações da sociedade civil. Os camponeses, os operários e os agentes de pastorais não conseguiam compreender criticamente o que estava acontecendo em todos os cantos do país.

Um primeiro esforço para analisar e compreender a realidade nacional e refletir sobre a sua responsabilidade naquela conjuntura, na época da mais dura repressão de todo o longo período de ditadura, foi feito pelo chamado “grupo não grupo” de bispos, que se reuniu, em 1973, na cidade de São Paulo. Naquela reunião, os bispos decidiram formar, com o apoio de especialistas, cinco grupos de trabalho para pesquisa, estudo e elaboração de cinco documentos, a saber: a) sobre a realidade nordestina; b) sobre a realidade do Centro-Oeste; c) sobre a realidade indígena; d) sobre o mundo do trabalho urbano; e) sobre o mundo acadêmico, os intelectuais e a segurança nacional.

Os grupos trabalharam exaustivamente, resultando na publicação de três valiosos documentos. Do Nordeste, o documento “*Eu Ouvi os Clamores do meu Povo*”, assinado pelos bispos e superiores religiosos; do Centro-Oeste, “*Marginalização de um povo – o grito das Igrejas*”, assinado pelos bispos da região; da Amazônia, “*Y-Juca-Pirama – o índio, aquele que deve morrer*”, assinado pelos bispos e missionários atuantes junto aos povos indígenas.

5.1 A criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT

Como resultado da publicação dos referidos documentos foi criada a primeira “pastoral social”, a Comissão Pastoral da Terra, em um Encontro de Pastoral da Amazônia, no mês de junho de 1975.

A denúncia, feita pelos próprios trabalhadores e pelos agentes pastorais que os acompanhavam, sobre a situação de repressão aos trabalhadores, fez brotar dúvidas, em setores da Igreja, sobre as reais intenções da ditadura militar, dando assim uma resposta de dimensão sociopolítica à sua prática pastoral.



Três foram os questionamentos básicos para a tomada de tal posição: a) afinal, se defender os direitos das pessoas que vivem na região amazônica é crime contra a segurança nacional, qual é o objetivo real dos grandes projetos que se instalam na região? b) em que medida os povos da Amazônia são ameaça à segurança nacional? c) quem constitui, nesse caso, a “nação” brasileira?

Como resposta a essas questões, a CPT define sua missão a partir das necessidades dos povos camponeses da região, ameaçados em relação ao seu direito à terra, e vítimas de toda forma de violência.

5.2 Conselho Indigenista Missionário – CIMI

O CIMI, que já existia desde 1972, em 1975 passou por um processo de redefinição e de reorganização para responder às novas demandas surgidas contra os povos indígenas, bem como para se adequar à nova consciência que estava surgindo naquele momento da história.

É sabido que, desde o início, para o projeto colonizador lusoeuropeu, os povos indígenas “não existiam”. O mesmo pensavam sobre os negros trazidos da África e aqui transformados em escravos, bem como todas as sucessivas massas de empobrecidos “levados” ou “atraídos” como mão-de-obra dos projetos de ocupação e exploração do Brasil como um todo e em especial da Amazônia.

Na década de 1970, a situação se agrava ainda mais na região amazônica, com seus sucessivos e intermináveis conflitos. A Amazônia é a última área de implantação do projeto colonizador, iniciado sob o regime de segurança nacional, de forma claramente ditatorial e já em estágio de uma sociedade capitalista em consolidação. O objetivo era a promoção do progresso da região a qualquer custo, por meio de sua integração ao Brasil e ao mundo, renegando o direito à cidadania e à própria existência dos povos indígenas, dos caboclos, dos ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Para o projeto colonizador, todos eles “não existiam”. Caso teimassem em apresentar-se, erguendo a cabeça, como não eram portadores de títulos cartoriais de propriedade, não possuíam direito aos territórios e às suas terras.



Cada vez mais ficava claro para as vítimas e suas lideranças que, como na primeira colonização, e agora na forma capitalista, os habitantes nativos e originários da região, bem como as populações pobres que ali se instalaram, deviam incorporar-se ao progresso moderno, trabalhando como mão-de-obra assalariada ou explorada em “novas” relações de trabalho escravo; e, mesmo assim, deviam ser gratos pela oportunidade de serem incluídos na civilização.

5.3 As inspirações e os modelos de atuação sociopolítica

O surgimento das pastorais sociais na década de 1970, como mediações sociopolíticas de atuação pastoral da Igreja, correspondia à busca de compreensão crítica do processo de incorporação capitalista da Amazônia, imposto pela política estatal ditatorial e pelas iniciativas das empresas privadas. Nessa época, a Igreja havia acumulado valiosa experiência socioanalítica, graças ao método Ver-Julgar-Agir, elaborado e aplicado pelo movimento da Ação Católica, amplamente divulgado em território nacional, e às diversas entidades constituídas nas décadas anteriores com seu perfil analítico da sociedade.

Até a década de 1970, apesar de todo o esforço da Ação Social inspirada em Dom Leme, a Igreja ainda não havia conseguido ser uma resposta crítica e eficaz aos novos e gritantes desafios da sociedade. A maior parte da Ação Social ainda se restringia à assistência às pessoas empobrecidas ou a trabalhos de promoção humana, como o que era praticado pela CARITAS, símbolo maior dessa ação. Faltavam elementos integradores que correspondessem com eficiência aos conteúdos do Ensino Social da Igreja e à realidade sociopolítica e pastoral.

Pode-se afirmar que, se o contexto sociopolítico era negativo, a situação eclesial era favorável. Os eventos já mencionados – Concílio Vaticano II (1962-1965) e Conferência Episcopal de Medellín (1968) – marcaram uma profunda mudança da Igreja, a partir de sua opção em favor dos pobres, dos direitos humanos e da justiça social.

5.4 As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, florescentes em todo o país a partir da década de 1960, foram o útero gerador de muitas



lideranças das pastorais sociais, dos movimentos populares nas mais diversas áreas, dos sindicatos de classe e de categorias e dos partidos políticos democráticos.

As CEBs não surgiram de forma espontânea, das bases da população que as compõe. Elas apareceram como resultado de uma ação conscientizadora do clero e dos religiosos que, atuando como agentes pastorais, ajudaram seus participantes a perceberem elementos reais da vida e situação histórica. A razão principal de seu florescimento rápido está na correspondência entre esses elementos propostos pelos agentes pastorais e as carências concretas da população pobre. Assim, as CEBs corresponderam desde suas origens a um projeto bem definido e específico: estabelecer um novo modo de ser Igreja, inspirado nas comunidades cristãs primitivas, enraizado na realidade dos pobres, tanto nas áreas rurais como nas periferias urbanas.

Três elementos caracterizam essa experiência: a reunião ordinária em grupos, com a finalidade da oração, reflexão, ação social e sua realização de modo participativo, com ênfase no aspecto comunitário; a vivência religiosa, mediada pela leitura e meditação da Bíblia, pela pessoa e ensinamentos de Jesus de Nazaré, mantendo-se sempre a vinculação com a instituição católica; por último, a reunião com a vizinhança de moradores de bairro, da favela ou da área rural, abria-se para formar uma comunidade típica de base popular com um novo olhar sobre a realidade.

Muitos leigos e leigas, religiosos e religiosas, presbíteros e bispos assumiram um posicionamento profético que colocou em prática essas opções pastorais, impulsionando e apoiando a formação de CEBs e a prática da pastoral social. Muitos pagaram com a própria vida por terem feito essa aproximação de sua vivência religiosa e espiritual com a problemática da comunidade local e o mundo conflitivo da política, entendida como condição de fidelidade ao Jesus histórico, à sua utopia do Reino de Deus e ao povo pobre, marginalizado e excluído.

A Teologia da Libertação encontrou nesse contexto de vida cristã o terreno fértil para a sua reflexão sobre a Igreja dos pobres e um novo jeito de ser Igreja, bem como uma forma de libertar a própria teologia de



seus condicionamentos culturais, superando o dualismo platônico, fator primordial de alienação ao engajamento sociopolítico.

Desde 1975, as CEBs promoveram doze encontros nacionais, denominados de “Intereclesiais”, com os delegados das bases eclesiais, chegando ao número de seis mil participantes no evento. São de caráter ecumênico e aberto ao diálogo inter-religioso, com participação de delegações dos países da América Latina e organizações dos cinco continentes. Discutem temas ligados à vida da Igreja e da sociedade, e articulam as diversas experiências da base eclesial.

5.5 Das ações católicas especializadas nascem as pastorais sociais especializadas

As pastorais sociais nasceram como um serviço evangélico de risco. Os que assumiam as causas e as lutas de indígenas e camponeses candidatavam-se às mesmas negações e ódio manifestados contra esses que “não existiam” ou não deviam existir, selando com eles a sua própria sorte. Ser, então, um serviço evangélico, significava assumir a história dos indígenas e camponeses, com toda a sua riqueza e tragédia, e assumir as tensões do presente, buscando um futuro incerto, apostando no direito de lutar por ele.

A partir da década de 1970, no rastro das CEBs e das pastorais sociais, foram surgindo, a partir das comunidades católicas, diversos organismos, movimentos e pastorais com o perfil socioanalítico, causando profundas implicações na vida política do país. Com o nome de pastorais, e com perfil sociopolítico, podemos elencar: Pastoral da Terra, Pastoral Rural, Pastoral Urbana, Pastoral Operária, Pastoral do Menor, Pastoral do Migrante, Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral do Povo de Rua, Pastoral da Saúde, Pastoral Carcerária, Pastoral dos Pescadores, Pastoral da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral da Juventude, Pastoral das Pessoas Portadoras do vírus HIV, Pastoral da Sobriedade, Pastoral dos Surdos, Pastoral dos Nômades, Pastoral dos Ciganos e Circenses, Pastoral dos Refugiados, Pastoral do Turismo, Pastoral dos Trabalhadores do Mar, Pastoral dos Afro-brasileiros, Pastoral dos Direitos Humanos, Pastoral da Ecologia, Pastoral Universitária etc.



Nas décadas de 1980 e seguintes vimos o florescer do “Movimento Fé e Política”, a criação do CEFEP – Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara”, a constituição, por parte da CNBB, de uma assessoria política junto ao Congresso Nacional e a sua presença na Comissão de Ética, o surgimento do Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome, a promoção, a cada ano, do “Grito dos Excluídos” na Semana da Pátria, a realização de quatro Semanas Sociais brasileiras, a criação do CERIS, Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, a constituição do INP, Instituto Nacional de Pastoral, e a composição de uma equipe permanente de análise de conjuntura com uma publicação bimensal dessa análise.

Essas pastorais, organismos e eventos se propuseram a ser parceiros do protagonismo dessas populações que têm seus direitos e existência negados, apostando na força de sua organização transformada em luta política específica. Isso, em parceria com as organizações da sociedade civil, em vista da construção da cidadania plena.

No processo de redemocratização do país houve considerável participação dos militantes católicos, orientados pela CNBB, na elaboração de uma “Constituição Cidadã”, bem como na participação de abaixo-assinados pela reforma agrária. Foi significativa sua participação na luta pela anistia e na implantação do movimento pela ética na política. Ressaltamos aqui a participação na primeira lei de iniciativa popular, que resultou na lei 9840 contra a corrupção eleitoral e, agora, a lei da “Ficha Limpa”, que obteve um milhão e seiscentas mil assinaturas dos eleitores cidadãos.

Convém ressaltar que um dos instrumentos mais eficazes no diálogo da Igreja com a sociedade, em vista da construção da cidadania, é a promoção a cada ano da “Campanha da Fraternidade” que, a cada cinco anos, desde o ano 2000, tem sido promovida de forma ecumênica pelo CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

5.6 O sentido de serem “pastorais”

As pastorais sociais, como mediações sociopolíticas da Igreja, evitaram, ao longo do tempo, transformar-se em movimentos sociais e agir em nome ou representando os trabalhadores. Propuseram-se também



não substituir nem mesmo as comunidades cristãs em sua missão de ação social, que deve ser uma atitude de todos os seus membros.

Presentes em todo o território nacional, elas solicitaram reconhecimento e apoio da hierarquia eclesiástica para serem serviços de articulação dos cristãos e cristãs que a elas se dedicam ou desejam participar; uma articulação com o objetivo de se capacitarem para um serviço evangélico aos diversos tipos de pessoas marginalizadas, exploradas, com direitos negados, excluídas e vítimas de violência, sem distinção de credo religioso.

Desse modo, as pastorais sociais não existem sem relação com as comunidades eclesiais, por isso, contribuem para que estas assumam organicamente o serviço aos trabalhadores do campo e da cidade, aos migrantes, aos refugiados e a todas as pessoas em situação de risco em seu planejamento pastoral. Procuram formar pessoas, Igrejas e comunidades “samaritanas”, prontas para socorrer os necessitados. Elas são plenamente “pastorais”, no sentido de serem parte de uma dimensão essencial e irrenunciável da missão da Igreja de Jesus, o Bom Pastor; e por desejarem, mesmo se incomodando profeticamente, que todas as comunidades e Igrejas estejam despertadas e organizadas para viver a missão sociopolítica transformadora no mundo.

A história das pastorais sociais mostra que elas nasceram com a missão de, a partir de práticas concretas, despertar as comunidades dos seguidores de Jesus Cristo a viverem o amor libertador. A metodologia de trabalho das pastorais sociais tem sempre em vista a transformação das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que fazem da sociedade brasileira uma das mais injustas do planeta. Buscam como perspectiva comum e permanente a dimensão da construção da cidadania, possibilitando que as pessoas, comunidades e a própria sociedade, sejam protagonistas de sua história.

À cidadania associa-se a consciência e a prática da soberania, através da qual as pessoas envolvidas no processo são motivadas a participar dos meios possíveis ao seu alcance, para conhecer as instituições públicas, estatais, seus mecanismos de funcionamento e interferir em suas decisões. Um dos mecanismos de participação são os “conselhos de cidadania” e as audiências públicas, promovidos pelos governantes.



Esse processo de educação para a ação cidadã assenta-se na melhor contribuição que cada participante é capaz de dar, assumindo responsabilidades cada vez maiores de coordenação, de animação cultural e espiritual, de sistematização e apresentação de propostas com incidência na vida política.

Portanto, a participação sociopolítica da Igreja não parte de um projeto determinado, já pronto. É um projeto participativo, que envolve as pessoas. A partir das situações concretas, assume com as pessoas o enfrentamento das necessidades, a luta por direitos, a construção e a conquista de um projeto de sociedade em que todas as pessoas vivam com liberdade e dignidade, participando das decisões políticas que dizem respeito à vida de todos.

É um trabalho de formação permanente, que desperta nas pessoas o desejo e o prazer de participar, de ter parte, de fazer parte. Uma formação que faça crescer a consciência através da reflexão sobre as ações desenvolvidas. Que avance na teoria, na explicação da realidade, na compreensão das estruturas sociopolíticas, na crítica da economia de mercado capitalista e da ideologia que o justifica, através da reflexão sobre as contradições presentes nas lutas concretas.

As pastorais participam dos movimentos sociais e se articulam com as forças vivas da sociedade. Ajudam na promoção das assembleias populares e participam da luta contra as dívidas externa e interna. Articulam-se com os movimentos no Semi-árido brasileiro e participam de suas lutas. Promovem as práticas de economia popular solidárias. Acreditam que haverá mais democracia quanto mais o conjunto dos cidadãos/ãs envolvidos participarem, e da forma mais direta possível, das decisões a serem tomadas. Quanto maior e mais direta a participação, maior a possibilidade de transformar as estruturas, as bases da vida social, incluindo as estruturas da economia. O mais amplo, o nacional, não existirá sem a multiplicação e a melhoria da qualidade das práticas locais, sejam elas de economia solidária, de organização popular, de participação nas decisões políticas, de desenvolvimento cultural. Por outro lado, o local corre o risco de perder rumo se não se articular e for base de um projeto mais amplo, nacional, aberto às diferenças regionais, às potencialidades e limites de cada bioma que compõe nossa nação.



6 Por uma reforma do Estado com participação democrática

No dia 11 de março de 2010 a CNBB lançou um documento de número 91 cujo título é: Por uma reforma do Estado com participação democrática. Eis o projeto de sociedade que a CNBB nos convida a construir:

“É urgente, porém, neste momento da história do nosso país, promover uma firme mobilização pelas reformas políticas que abram caminho para uma profunda reforma do Estado brasileiro. Uma reforma que vá, portanto, bem além das meras mudanças de regras de funcionamento de nossa democracia, tal como atualmente se estrutura em nosso país. Dentro dessa perspectiva, a CNBB conclama os irmãos e irmãs brasileiros a realizarem uma profunda e crítica análise das atuais instituições políticas e identificarem o que nelas pode ser modificado ou criado de novo, para que o Estado não esteja a serviço dos interesses produtivistas e consumistas, dentro e fora do Brasil, mas esteja efetivamente a serviço do bem comum e da dignidade das grandes maiorias nacionais”. (CNBB, 2010, p. 110)

7 Conclusão

Em síntese, a atuação sociopolítica da Igreja Católica, com apoio ou promovida pela CNBB, pode ser assim apresentada:

1. Campanha da Fraternidade, com debate de temas específicos da realidade nacional;
2. Semana do migrante, com abordagem dos temas relacionados às suas problemáticas específicas;
3. Semana dos Estudantes;
4. Dia Nacional da Juventude;
5. Semana dos Povos Indígenas;
6. Dezesesseis edições do Grito dos Excluídos;
7. Quatro Semanas Sociais Brasileiras;
8. Análise de conjuntura sociopolítica e eclesial;
9. Assessoria política junto ao Congresso Nacional;
10. Promoção de uma missa mensal com os parlamentares na sede da CNBB;



11. Participação da Comissão de Ética no Governo Federal e na Câmara dos Deputados;
12. Comissão Episcopal para a Justiça, a Caridade e a Paz;
13. Fórum Nacional de Mudanças Climáticas;
14. Comissão Episcopal para a Amazônia
15. Comissão especial da água e meio ambiente;
16. Comissão especial para acompanhamento do trabalho escravo;
17. Comissão Episcopal para a Vida e a Família;
18. Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome;
19. Campanhas de coletas de assinaturas em abaixo-assinados de combate à corrupção na vida política; como nos plebiscitos contra a dívida pública, Alca, privatização da Vale e pelo limite da propriedade;
20. Publicação de notas sobre questões pontuais da sociedade, documentos e subsídios de formação permanente sobre temas específicos;
21. Debates, seminários e simpósios temáticos, sempre na perspectiva de diálogo da Igreja com a sociedade;
22. Publicação anual do Caderno de Conflitos no Campo;
23. Realização de quatro Congressos Nacionais dos Trabalhadores Rurais (CPT);
24. Doze Intereclesiais das CEBs;
25. Semana Nacional da Solidariedade;
26. Fundo Nacional de Solidariedade (CF);
27. Curso de Fé e Política para militantes;
28. Cinco Encontros Nacionais de Fé e Política;
29. Fórum das pastorais sociais nos regionais da CNBB;
30. Edição de dois mutirões latino-americanos de comunicação;
31. Comissão especial para os problemas agrários;
32. Conferências Ecumênicas da Paz na Câmara dos Deputados;
33. Duas edições da Assembleia Popular;



Referências bibliográficas

- AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.
- BARROS, Marcelo. *Dom Hélder Câmara, profeta para o nosso tempo*. Goiás: Editora Rede da Paz, 2006.
- CELAM. Mensagem aos povos da América Latina. In: III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. Puebla, 1979.
- CNBB. *A missão da pastoral social*. Brasília: Edições CNBB, 2008.
- _____. *Eleições 2010: o chão e o horizonte*. Goiânia: CPP, 2010.
- _____. *Em busca dos sinais dos tempos*. Brasília: Edições CNBB, 2010.
- _____. *Por uma reforma do Estado com participação democrática*. Brasília: Edições CNBB, 2010.
- COMBLIN, José. *A profecia na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2008.
- INP, CNBB. *Presença pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- PINHEIRO, José Ernanne, LESBAUPIN, Ivo. *Democracia, Igreja e cidadania*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- PINHEIRO, José Ernanne. *Resgatar a dignidade da política*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do, o.c.d. (Laurita Pessoa Raja Gabaglia). *O Cardeal Leme (1882-1942)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962.

Endereço do Autor:

E-mail: smf@cnbb.org.br